



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos  
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

## RELAÇÕES ENTRE LUTAS TERRITORIAIS E MORADIA: O CASO DE TRÊS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS DA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

*PAULA ADELAIDE MATTOS SANTOS MOREIRA<sup>1</sup>*

*GUIOMAR INEZ GERMANI<sup>2</sup>*

Resumo: O presente artigo, fruto das reflexões oriundas da tese de doutorado da primeira autora, com posterior desenvolvimento, estabelece relações entre as lutas territoriais e a conformação das moradias em três comunidades rurais quilombolas, localizadas no Território de Identidade do Velho Chico. Observando os exemplos de moradia aqui trazidos, em diversos enfoques e circunstâncias é possível verificar a versatilidade característica do campesinato, nas comunidades quilombolas. A diversidade é o que prevalece, porém, o cenário da limitação da posse, os aproxima e traz algumas das repetições encontradas. A integração com a natureza, a indivisibilidade entre interno e o externo no contexto da edificação e do trabalho seguida pelo domínio de técnicas construtivas independentes, trazem, para as moradias quilombolas, uma autonomia não só em relação à construção de suas edificações, mas, também, de sua relação com a moradia em si. Assim, por si só, o morar quilombola expressa uma forma de resistência camponesa, é uma luta incessante por territorialidades, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

Palavras-chave: Moradia Rural, Comunidades Rurais Quilombolas, Conflitos Territoriais.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, faz parte de um estudo iniciado no ano de 2004, a partir de um convênio estabelecido entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), esta última representada pelo Grupo de Pesquisa GeografAR, vinculado ao Programa de PósGraduação em Geografia da UFBA. Naquele momento, ainda não haviam sido elaborados

---

<sup>1</sup> Professora Colaboradora da Residência AU+E em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (PPGAU/UFBA), pesquisadora do Grupo de Pesquisa GeografAR e do Grupo de Pesquisa Arqpop. paulagemeos@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia (IGEO/UFBA), pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa GeografAR. guio\_ufba@yahoo.com.br.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) no âmbito da Bahia e, a ideia era de se elaborar cinco experiências piloto para pensar a metodologia<sup>3</sup> e iniciar o processo regularização fundiária de comunidades quilombolas no Estado.<sup>4</sup>

Nesta riquíssima oportunidade, na qual as duas autoras participaram, os levantamentos de campo para os RTIDs formam se misturando com questões de pesquisa para a maior parte dos envolvidos e, por isso, foram coletados materiais para análise que extrapolavam o objetivo do Convênio e confluíram, também, com a produção de trabalhos acadêmicos. Neste contexto, foram observados aspectos peculiares a questão habitacional que, treze anos depois, vieram à tona, pois, compuseram as reflexões sobre a moradia camponesa na tese de doutorado da primeira autora, defendida em 2017, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (PPGAU) (MOREIRA, 2017).

Cabe considerar o quanto tratar do tema da moradia rural sempre foi solitário, visto que, tanto as faculdades de Arquitetura, quanto as pesquisas nela realizadas, priorizam a escala do espaço urbano. Este fato, trouxe a necessidade de se buscar, ou, criar, espaços de discussão da temática no âmbito acadêmico, fato que lentamente vem avançando de 2004 para os dias atuais. Uma representativa mostra deste avanço se configura na realização e temática do Seminário Salvador e Suas Cores 2020 que debate a inserção (na perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão) de estudos africanos e afro-brasileiros no currículo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Mais especificamente, o Grupo Temático 3 (GT 3), abrange diretamente a questão das moradias rurais – para o qual se apresenta este artigo –, quando aborda a discussão das vertentes teóricas e históricas sobre os quilombos no Brasil e suas abordagens espaciais, territoriais e arquitetônicas, inseridas no contexto dos processos de

---

<sup>3</sup> Ver a respeito: Guiomar I. Germani e Gilca Garcia de Oliveira (2006).

<sup>4</sup> Os RTIDs foram elaborados por uma equipe composta por técnicos de diferentes áreas, por estagiários pesquisadores de campo e coordenada por Guiomar Inez Germani (IGEO/UFBA), Gilca Garcia de Oliveira (FCE/UFBA), Valdélcio Santos Silva (UNEB) e Genildo Souza de Carvalho (INCRA). O conjunto dos RTIDs estão disponíveis em [www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br) e em Oliveira; Germani (2008).



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

reconhecimento de comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares e regularização fundiária pelo INCRA.

Elaborado no contexto relatado, este texto estabelece relações entre as lutas territoriais e a conformação de implantação e arquitetônica das moradias em três comunidades rurais quilombolas: Jatobá, localizada no município de Muquém de São Francisco; Parateca e Pau D'Arco no município de Malhada e Lagoa do Peixe, no município de Bom Jesus da Lapa todos pertencentes ao localizadas Território de Identidade Velho Chico.<sup>5</sup>

Observando os exemplos de moradia aqui trazidos, em diversos enfoques e circunstâncias é possível verificar, a adaptabilidade característica do campesinato e, principalmente, que o morar quilombola é uma forma de resistência camponesa, é uma luta incessante por territorialidades e, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

## 2 O CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PERSPECTIVA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Desde 1988, com a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal, as comunidades quilombolas adquiriram novas perspectivas para a regularização fundiária das áreas em que vivem. O reconhecimento dessas Comunidades, a partir daí, passou a ser feito por um autorreconhecimento de sua identidade quilombola para, depois, terem este autoreconhecimento certificado pela Fundação Cultural Palmares após o que podem dar início ao processo de reconhecimento formal de seus territórios.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> As informações e história das Comunidades Quilombolas de Jatobá, Parateca e Pau D'Arco e Lagoa do Peixe foram extraídas dos RTID correspondentes elaborados pelo Grupo de Pesquisa GeografAR e, disponíveis em [www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br) e em Oliveira; Germani (2008).

<sup>6</sup> Até o Decreto 4887/2003 este processo era levado a termo pela Fundação Cultural Palmares, e posteriormente foi assumido pelo INCRA.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Normalmente, uma comunidade quilombola só aciona o instrumento de autorreconhecimento diante de uma situação de ameaça. É a partir do momento em que se depara com pressões de indivíduos que tentam expulsá-la de suas terras, se autoreconhecem como portadores de direitos, em especial como forma de garantir seus direitos territoriais e de permanência na terra. Normalmente, quando não há pressão ou ameaça, não se preocupam em se declarar quilombolas e vivem reproduzindo seus variados hábitos camponeses.

O autorreconhecimento é uma exigência que parte de fora da comunidade como condição de reconhecimento do grupo como portador de direitos territoriais. Interessante observar que no caso das Comunidades estudadas, o processo de autorreconhecimento não foi acionado num primeiro momento.

Foi a busca de outros direitos em especial aos direitos trabalhistas, ao direito de colocar roças e ao direito a pescar nas lagoas, que faz com que chegassem ao reconhecimento como sujeitos de direitos coletivos. Isto os colocou em outro patamar nos enfrentamentos.

O dinamismo das lutas de reconhecimento vem suscitando um lépido ritmo ao registro dessas Comunidades que, apoiadas nas entidades e organizações, a cada dia mais e mais se autoidentificam como quilombolas, aumentando a demanda por reconhecimento de territórios. Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, em 2019, existiam na Bahia, 991 Comunidades Negras Rurais identificadas, sendo que destas, 758 se autoidentificaram como quilombolas e estavam certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Quanto a localização, elas estão distribuídas em todo o Estado, vivendo realidades diversas.

No caso da Comunidade Quilombola de Jatobá, no município de Muquém de São Francisco (BA), a pressão contra a posse da terra iniciou-se no ano de 1986, quando Antônio Limoeiro chegou à região e se colocou contrário às roças dos quilombolas. A partir de 1994, o fazendeiro e seus prepostos começaram a adotar medidas violentas.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Naquele ano, um morador da comunidade teve a cerca de sua casa derrubada e lhe foi proibido cultivar sua roça, sendo que, posteriormente, outros quilombolas também sofreram este tipo de pressão. Posteriormente, em 1998, um quilombola teve sua casa derrubada e uma barraca de lona destruída e, ainda, foi ameaçado com um cavalo. Neste mesmo ano, as roças ao redor das casas de outros quilombolas foram destruídas, além da mata na beira do rio. Em 1999, durante nova ofensiva de Antônio Limoeiro, foram disparados tiros de revólver, acompanhados de ameaças de morte.

Até então a comunidade se territorializava em toda área indicada na Figura 1, onde o poço Caruá, as fazendas Embaúba e José Ferreira e, o Projeto de Assentamento Vale Verde eram as referências limítrofes. A partir daí eles foram impedidos de percorrer toda a extensão da área sendo inclusive proibidos de se aproximar da Serra Geral, local utilizado para moradia em momentos de cheia do rio, conforme indica a mesma Figura 1. De acordo com relatos da comunidade, entre os anos de 1999 e 2001, eles foram ainda mais acuados, sendo obrigados a se estabelecer exclusivamente numa estreita faixa na beira do rio. Este foi um período difícil, onde a violência e o medo conviviam cotidianamente com a Comunidade. Porém, a partir de 2001 eles decidiram lutar por seu território e voltaram a ocupar parte da extensão de terras que haviam perdido, reterritorializando-se até o pé da Serra Geral. Antes disso, entretanto, em 1999, eles formalizaram a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jatobá, fato que os fez se articular externamente, denunciar a violência que sofriam e, principalmente, tomar conhecimento dos seus direitos enquanto comunidade quilombola. Assim, a Comunidade deixava de vivenciar questões cotidianas e passava a agir como sujeitos sociais, como sujeitos coletivos de direitos, fato que os levou a ser certificados em 2004, pela Fundação Cultural Palmares, como remanescentes de quilombo. Em decorrência disso, a Superintendência do INCRA/BA publica, em 2006, o RTID e, em 2007, Jatobá se constitui na primeira comunidade quilombola com território reconhecido formalmente pelo INCRA.

A ocupação da comunidade Parateca e Pau D'arco, no município de Malhada (BA), onde vivem cerca de 420 famílias, começou na segunda metade do século XVI, com os



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

processos de mineração e, a consequente e lucrativa implantação de fazendas de gado – os currais – que se espalhavam por todo o vale do São Francisco. No século XVIII, a mineração entrou em decadência e, com ela, as fazendas deixaram de ser lucrativas, levando a região a uma estagnação econômica. Este fato possibilitou processos de resistência relacionados à territorialização da população escravizada que, se estabeleceu e se desenvolveu nas terras próximas das fazendas, principalmente, numa área doada em nome de Nossa Senhora Santana, nas terras da Santa. Porém, a partir da década de 1970, no processo de reconversão produtiva da região e a consequente valorização das terras, a pressão de fazendeiros se estabeleceu de forma drástica. Eles perderam o acesso ao rio e a área alagável do mesmo - onde ficavam as lagoas, tendo que se reproduzir socialmente somente numa linha horizontal bastante limitada, paralela a este na altura da localização das vilas e da estrada, conforme mostra a Figura 2. Antes disso, a maior parte dos quilombolas implantava suas moradias próximas das lagoas e dos braços de rio, organizando-se em pequenos grupos familiares. É importante destacar que as terras de Parateca e Pau d'Arco são limítrofes aos territórios de outras comunidades quilombolas, tais como Rio das Rãs<sup>7</sup> e Tomé Nunes<sup>8</sup>. Esta proximidade os ajudou no processo de organização e de luta pelo território. Assim, na década de 1990, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi criada a Associação Agroextrativista das Comunidades de Parateca e Pau D'Arco, e, com isso, a situação da Comunidade foi exposta sendo que as instituições competentes foram sendo acionadas no sentido de dirimir o problema fundiário na região.

Este fato trouxe seu reconhecimento pela Fundação Palmares em 1998, a publicação de seu RTID em 2006 e a titulação de parte de suas terras pela Secretaria de Patrimônio da União em 2006<sup>9</sup> e, por fim, em 2007, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a portaria do INCRA que reconhece e declara seu território como remanescente de

---

<sup>7</sup> Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA) é um marco da luta quilombola e, em 2000 teve seu território titulado pela Fundação Cultural Palmares.

<sup>8</sup> Tomé Nunes, em Malhada (BA), foi reconhecida em 2004 pela Fundação Cultural Palmares.

<sup>9</sup> Este título que reconheceu a propriedade de cerca de 7.800ha se constituiu num marco na história dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, pois, foi a primeira vez que o governo federal titula uma terra de quilombo localizada em terreno de Marinha.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

quilombo. Os próximos passos relacionam-se com a desapropriação das áreas particulares contidas no território quilombola, ainda pendente.

Quanto à comunidade quilombola Lagoa do Peixe, no município de Bom Jesus da Lapa (BA), em 1998 que começaram a perceber a perda territorial com o impedimento de uso por parte dos fazendeiros Sérgio, Lourivaldo e Tuca. Em 2000, eles perdem uma extensa faixa para a Associação Bom Sucesso, e, sucessivamente vão sendo subtraídas áreas do território quilombola por posseiros diversos até o ano de 2003. Assim como nas outras comunidades citadas, em Lagoa do Peixe as ameaças e a violência se fizeram presentes. Em meados da década de 1990, eles formaram sua associação, em 1998 a Fundação Cultural Palmares certificou sua ancestralidade através da certificação. Em 2006, foi publicado o RTID e, por fim, em 2009 o INCRA reconhece e declara, através do Diário Oficial, como território remanescente de quilombo.

Os três casos trazidos mostram situações de sucesso, já que todas as comunidades tiveram seus territórios reconhecidos pelo INCRA. Porém, é importante destacar que elas têm em comum, o fato de terem sido obrigadas a se organizar e lutar por sua permanência em seus locais de origem secular. Sem isso, elas não conseguiriam permanecer, já que as ameaças, as pressões e a violência por parte dos fazendeiros foram presentes em todos os casos. Como já mencionado, a realidade trazida aqui é do ano de 2005. Naquele momento, as comunidades haviam conquistado o direito de ter seus RTIDs elaborados. Assim, o que será mostrado a seguir, faz parte de um momento na vida destas comunidades onde suas posses estavam ainda precárias, eles continuavam sendo ameaçados, porém, já se constituíam como sujeitos históricos e se mantinham no local como tal. Neste contexto, tanto as características da implantação de suas moradias como suas edificações, ou seja, a materialização de suas territorialidades, vão trazer consigo este momento histórico e único que viviam: o de luta pelo território quilombola.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

### 3 REFLEXÕES QUANTO A IMPLANTAÇÃO DAS MORADIAS QUILOMBOLAS NOS CASOS ESTUDADOS

Três questões se colocam quando se trata da implantação de moradias em comunidades quilombolas. Primeiro é que a disposição das habitações varia bastante, já que são completamente diversas as formas do relevo, os recursos naturais, as estratégias de sobrevivência e o número de famílias de cada uma delas. Uma comunidade quilombola pode viver na beira de um rio ou do mar e se constituir como pescadora, também pode estar inserida na Caatinga e viver com técnicas de sobrevivência na seca, ou, pode estar inserida na Mata Atlântica e viver de atividades extrativistas. Assim, suas habitações podem estar dispostas de forma linear, agrupadas, dispersas ou mistas.

A segunda é a centralidade, não necessariamente física, de espaços de uso coletivo por parte de cada comunidade em seu território. Esta característica é fundamental para a legitimação do grupo social já que faz com que cada indivíduo se torne parte de uma comunidade através dos hábitos e usos espaciais comuns a todos. Neste contexto, é possível que uma grande árvore se transforme num local de reunião e, um rio, além de fonte de produção extrativa, área de lazer e confraternização. Ambos, locais que mostram a particularidade de um grupo e o ajuda a se identificar como comunidade quilombola.

O terceiro aspecto a ser destacado é a mobilidade do local das moradias em relação à segurança da posse da terra. Quando ocorre conflito de terra que envolve o território quilombola, as comunidades tendem a se concentrar em núcleos habitacionais para tentar garantir a defesa do grupo. Normalmente estes conflitos são acompanhados de violência física e psicológica. Além disso, é comum a ocorrência de incêndios criminosos que destroem as habitações e os locais de produção e subsistência destas comunidades. A Figura 1 mostra a implantação da comunidade rural quilombola Jatobá, localizada na margem esquerda do rio São Francisco, em Muquém do São Francisco/BA. Observa-se duas questões iniciais em relação ao local da implantação das moradias.





A primeira, é que elas estão dispostas de forma linear em função da proximidade do rio São Francisco. Esta comunidade é predominantemente composta de pescadores artesanais que tem, também, na atividade agrícola sua fonte de subsistência. Pode-se perceber que toda a extensão do território quilombola que se conecta ao rio está ocupado por moradias.

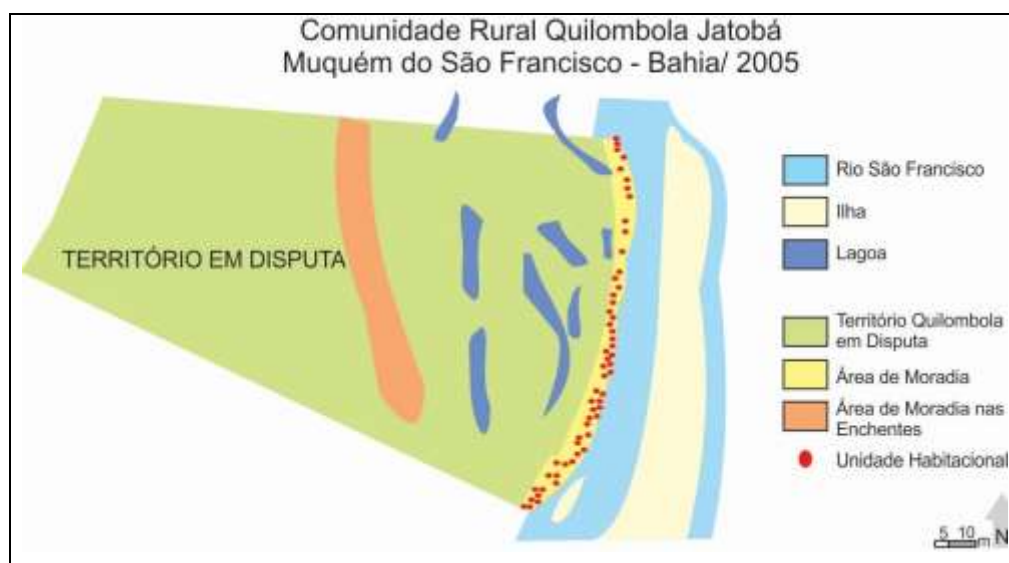


Figura 1 – Implantação das Moradias da Comunidade Rural Quilombola Jatobá, Muquém do São Francisco/BA. Fonte: GeografAR, 2004. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Outro aspecto relevante é que esta proximidade com o Rio não é, necessariamente uma opção. Como já mencionado, por questões de conflito com o dito proprietário da fazenda, a comunidade ficou acuada na beira do Rio, não podendo se espacializar de forma livre pelo território. Assim, seria provável que as moradias estivessem um pouco mais dispersas, isto é, num alinhamento não tão regular, caso os quilombolas pudessem escolher, de fato, onde gostariam de implantar suas casas naquele momento. Isto significa que, tanto a localização como a distribuição das casas é resultado do processo expropriatório. Porém, o fato é que o Rio sempre se constituirá numa referência, assim sendo, as casas não tenderiam a ter uma implantação distante de sua lógica. Neste sentido, é importante destacar que a Comunidade vive das atividades do sequeiro, da plantação nos lameiros e da pesca nas lagoas. Assim, em períodos de seca do rio, constituía suas moradias em locais próximos a água, fonte de vida, que, além disso, viabilizava transporte e comunicação. Porém, em períodos de cheia, suas moradias eram



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

harmonicamente transportadas para áreas mais altas, ao pé da montanha - isto fazia parte do ciclo da vida que acompanhava os ciclos da natureza. Nestes momentos, segundo relato de membros da comunidade, as moradias na beira do rio ficavam submergidas, assim como grande parte de seus pertences. Este aspecto, no entanto, não era visto como algo ruim, ou, como perda. Eles comemoravam estes momentos, pois, o rio deixaria com suas águas um grande e duradouro rastro de fertilidade e prosperidade para a comunidade.<sup>10</sup> Fazendo uma analogia a Tuan (1980) quando trata dos índios anglo-americanos, os quilombolas por viverem há muitos anos na aérea, adquiriram um minucioso conhecimento da natureza, não a considerando como algo a ser dominado, mas como alguma coisa que eles também fazem parte, com importância tanto material, como espiritual.

A Figura 2 mostra a implantação da comunidade rural quilombola Parateca e Pau D'Arco. Apesar de estar, como Jatobá, na beira do rio São Francisco, a lógica de sua implantação se difere completamente desta. Suas moradias estão predominantemente dispostas em dois núcleos habitacionais, fora da área alagável do Rio. Já foi dito que a Comunidade de Parateca tem uma história extensa que remonta o início do povoamento na região, no século XVIII.

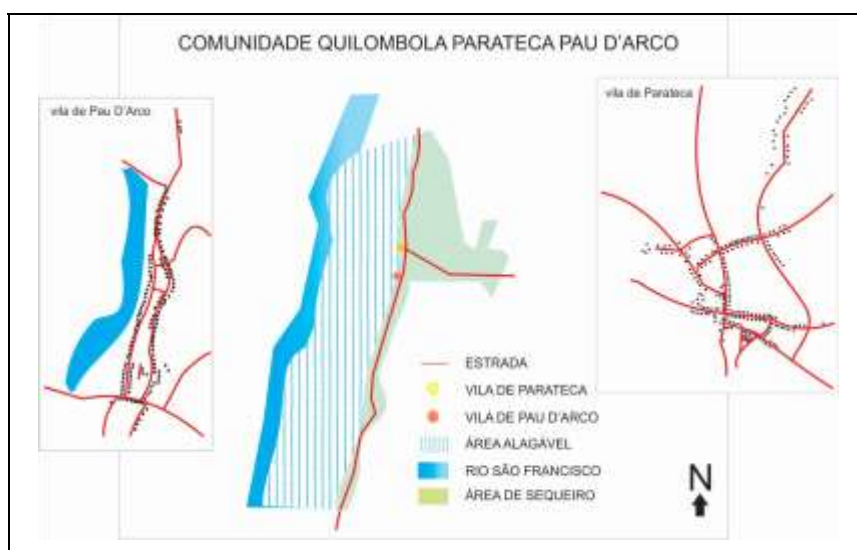


Figura 2 – Implantação das Moradias nas Comunidades Quilombolas Parateca/Pau D'Arco. Fonte: GeografAR, 2004. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

<sup>10</sup> Destaca-se que este movimento não era possível em momentos de conflito.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Ali ainda se encontra as ruínas da majestosa igreja Nossa Senhora de Santana de Parateca, assim como características bastante peculiares, tais como um maior adensamento, a presença de infraestrutura e equipamentos sociais<sup>11</sup> e, um traçado mais complexo, com a presença de praças e ruas que, são dispostos de forma orgânica. Já a vila de Pau D'Arco, apesar de ter uma praça central e alguns equipamentos sociais, segue um traçado linear que persegue o trajeto da estrada vicinal que a liga à Parateca. São dois núcleos habitacionais vizinhos que, funcionam em conjunto e, que tem uma história de luta que os aproxima, tornando-os politicamente uma única comunidade. Existe ali um predomínio da lógica urbana na implantação das casas, porém, com grandes variações. Na mesma Comunidade pode-se encontrar tanto um conjunto de casas implantadas de forma adensada, quanto, ao contrário, o caso de uma única família camponesa que preferiu implantar sua moradia numa área mais ampla com menos proximidade com vizinhos.

Parateca e Pau d'Arco passaram por diversos processos em sua longa história. Tais processos foram marcados por fragmentações territoriais e, conseqüentemente, de territorialidades. No início de sua ocupação, como já mencionado, predominava-se a concentração de moradias seguindo a lógica familiar e de articulação com as lagoas e cursos d'água. Na medida em que as pressões foram sendo acentuadas, aconteceram vários processos, dentre eles o de migração, o de adensamento dos núcleos habitacionais de Parateca e Pau d'Arco evitando-se a permanência de habitações em locais mais isolados. Essas fragmentações foram traumáticas e, sucessivamente, foram desorganizando o modo de vida dos quilombolas, afetando cada um deles de forma diferenciada.

Outra comunidade, cuja implantação está representada na Figura 3, é a Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe, também, localizada as margens do Rio São Francisco, no município de Bom Jesus da Lapa. Quanto à localização, Lagoa do Peixe mostra outro

---

<sup>11</sup> Tanto em Parateca como em Pau d'Arco existia, em 2005, sede da associação, centro comunitário, salão comunitário, casa dos professores, escola, posto de saúde, boate, borracharia, pensão, Congregação Cristã, Centro Espírita, Igreja Católica e vários pontos comerciais.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

tipo de situação. A comunidade implantou a maioria de suas moradias de forma orgânica na área de sequeiro, mais próxima à estrada BA160 que do Rio, exceto quatro casas que se localizavam na área alagável. A centralidade se dava no núcleo principal e tinha em árvores os locais de referência.

O enredamento do processo de territorialização do grupo neste caso é bastante complexo, envolvendo conflitos, agressões e ameaças advindas de parte dos outros sujeitos que disputam o mesmo espaço: os da associação Boa Esperança, da associação Bom Sucesso, o grupo Canafístola, o grupo dos Pernambucanos, posseiros sem grupos e fazendeiros. Diante de tantos percalços, os quilombolas de Lagoa do Peixe tinham moradias em condições bastante precárias, implantadas numa área que dispunha de poucos recursos naturais para garantir sua sobrevivência. Por esta razão, das três citadas, é a que se encontrava, em 2005, em situação mais penosa.

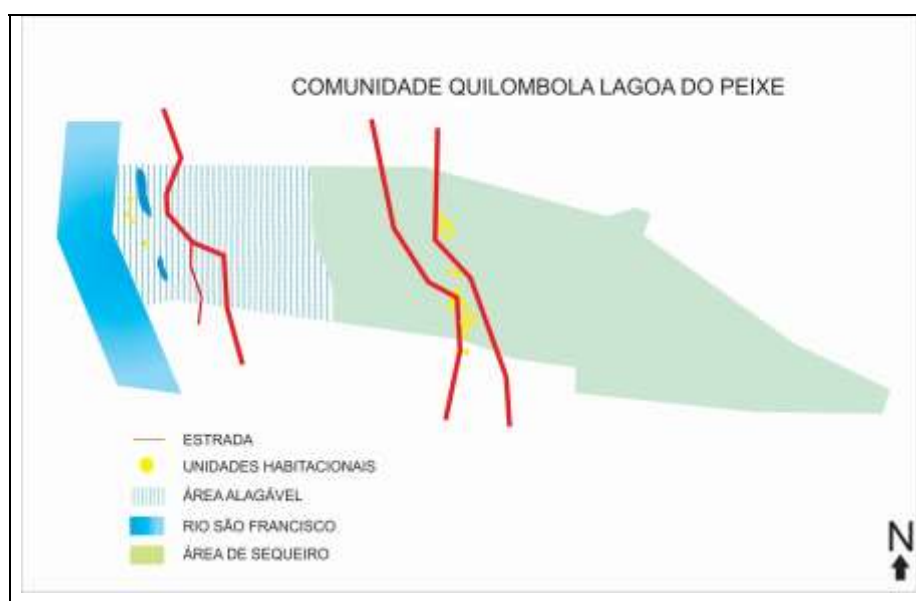


Figura 3 – Implantação das Moradias na Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe. Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Fica evidente que a disposição das moradias está intimamente ligada aos processos de territorialização dos grupos e, subordinadas as complexidades oriundas da questão agrária que as envolve. Assim, as diferenças se dão pelas particularidades de cada grupo, de cada conjuntura, de cada meio, mas, as repetições, observadas pelas frequentes fragmentações dos modos de vida e de suas especializações, acontecem



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

pela precariedade da posse da terra e suas consequências, além da afirmação político-territorial do grupo.

Porém, também é clara a íntima relação entre ser humano e natureza, construída pela vivência destas comunidades quilombolas em seus territórios tradicionais, podendo-se afirmar que eles adquiriram um saber ambiental, no sentido de Leff (2011), com um habitat significado pelos princípios da racionalidade ambiental, da sustentabilidade ecológica, da diversidade cultural e da equidade social.

#### 4 UNIDADES DE MORADIA NAS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS

As mesmas questões que balizaram a análise da implantação das moradias dos quilombolas, também se fazem presentes quando se observa as unidades habitacionais, porém, com as devidas adequações de escala. Primeiro, não existe um padrão de casa quilombola no contexto baiano, elas vão variar segundo os recursos naturais disponíveis, o domínio das técnicas construtivas, a inserção do grupo na esfera do capital, o relevo, a condição e preferência de cada família, dentre outros. O segundo ponto é que a questão do trabalho e da integração do interno com o externo da casa se coloca como fundamental. Na casa, o quilombola vai disponibilizar espaços para dar suporte aos materiais e equipamentos do trabalho extrínseco a casa, pois, tem uma relação com o externo de forma que ele também componha sua moradia. Isto ocorre porque para o camponês, a família, a terra e o trabalho são elementos que não se dissociam, como já tratado. A terceira questão é que a característica da moradia também pode variar a partir do grau de segurança que o quilombola tem em relação à posse da terra onde vive, já que a precariedade da posse gera a consequências a materialidade

da moradia. Assim, um fator definidor das condições da moradia é a relação mantida com o pretense proprietário que, normalmente, não permitia a construção de casas com materiais mais duradouros e nem cobertura com telha, para não comprovar o tempo de ocupação, por isso o mais comum são casas de taipa e telhado de palha.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

No caso de Jatobá, as Figura 4 vai mostrar diferentes plantas e fachadas, porém, com algumas repetições que devem ser consideradas. Não foram colocados os nomes dos cômodos pelo fato destes possuírem usos mistos que, pela formalização do que seria quarto, sala, cozinha ou banheiro, não se enquadrariam.

Os modelos 1, 2 e 3 mostram três exemplos de unidades habitacionais com dois cômodos. As duas primeiras possuem duas portas que abrem para o mesmo cômodo, parecendo ter a intenção automática de integrar a frente e o fundo da casa. Elas também têm em comum a presença de uma janela no cômodo onde as famílias dormem. Como diferença, que tem muita relação com o gosto dos moradores, é que os telhados cerâmicos destas casas têm suas águas direcionadas em sentidos contrários. Além disso, o que se chama a atenção é o tamanho das famílias que ocupa cada casa que, tem dimensões parecidas.

Na casa do Modelo 1 existia, em 2005, um casal com duas crianças pequenas. Na do Modelo 2, uma grande família com nove pessoas. Esta questão traz para as duas casas que, aparentemente são semelhantes, uma diferença muito grande. Isto porque o fator determinante aí não se trata da escassez de recursos materiais para a construção da casa e, sim, uma adequação diferenciada por parte de cada família em relação a área que ocupa na parte interna da moradia. A forte relação do interno com o externo traz, para a família maior uma menor necessidade de edificar espaços.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

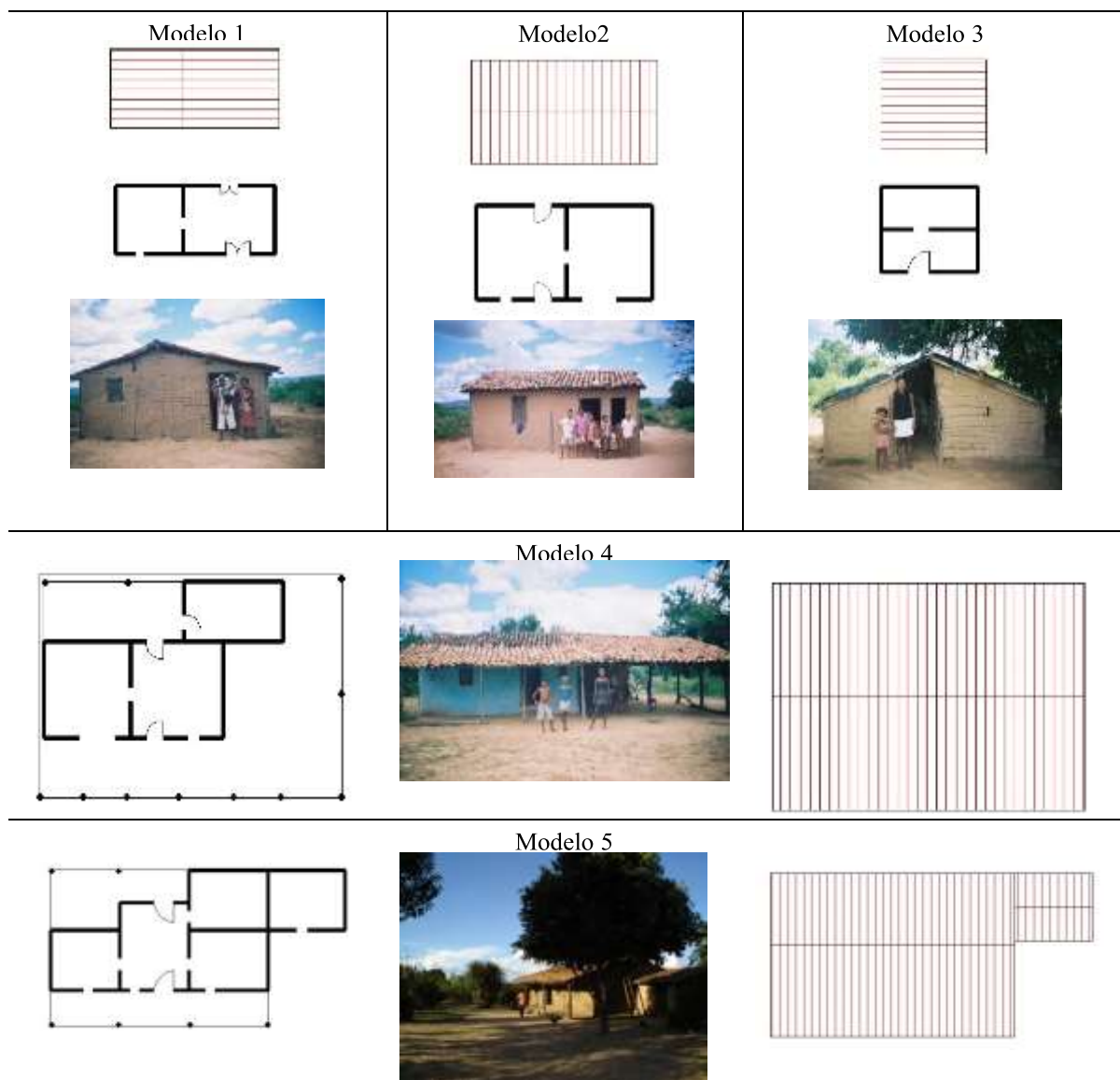


Figura 4 – Plantas e Fachada de Moradia em Jatobá. Fonte: GeografAR, 2004. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

O Modelo 3 apresenta uma casa pequena, também com dois cômodos. Esta casa tem somente uma porta e nenhuma janela, além disso, é bastante baixa. Percebe-se aí uma necessidade de isolamento, de vedação entre o interno e externo. A pequena família parece ter se utilizado de uma lógica baseada na segurança de seus corpos para edificar sua moradia. Já os modelos 4 e 5 mostram famílias quilombolas que demonstram uma maior territorialização a partir de sua casa. Ao que parece, observando-se o Modelo 4 em conjunto com as anteriores é que houve uma construção inicial com dois cômodos,



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

seguindo a lógica das casas dos modelos 1 e 2, com um ambiente que liga a frente e o fundo da casa e, outro mais guardado, onde se dorme.

Porém com três acréscimos bastante significativos: uma área coberta no fundo (o local de preparo dos alimentos), um cômodo fechado e uma grande varanda na parte frontal da casa. Esta última mistura funções de integração social, tanto intra como extra família, além de servir para guardar equipamentos, sementes e materiais de trabalho. Chama-se muita atenção o cuidado com o acabamento da casa que, de taipa, se encontrava rebocada e pintada.

O Modelo 5 mostra uma casa com uma lógica construtiva inicial muito próxima à do Modelo 4, porém, com diferenças essenciais. Primeiro, cinco cômodos da casa têm portas que os ligam àquele que se abre para frente e para o fundo. Segundo, existe um cômodo ligado a construção da casa, porém, com abertura independente, quase como um anexo. Terceiro, a varanda frontal é pequena, não acomodando a reunião de muitas pessoas, diferente da casa Modelo 4. Observando-se a foto referente ao Modelo 5, percebe-se a presença de uma árvore frondosa próxima a casa. É justamente esta árvore que, como extensão da casa, faz o papel de acolher as visitas. Quanto ao local de armazenagem dos apetrechos de trabalho, o cômodo isolado teria esta função, observando-se que, para esta família, a divisão dos cômodos, com a formalização espacial de funções específicas, é mais marcada que para os outros exemplos. Para uma comunidade acuada e com um processo de territorialização fragmentado pelas ameaças e ações violentas do fazendeiro e seus capangas, as diferenças se fazem presentes nas unidades habitacionais, mostrando que mesmo numa comunidade, com uma identidade específica, existem padrões diferenciados de possibilidades habitacionais.

Ainda se tratando de Jatobá, Figura 5 mostra variados aspectos externos da unidade habitacional dos quilombolas que, entretanto, compõem a moradia dos mesmos, formando um uno entre o interno e o externo. A casa de farinha (Figura 5-A), com seu uso coletivizado, é fundamental para a manutenção das famílias quilombolas. Ela





SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

compõe o cotidiano da comunidade, ela é um ponto de encontro e sociabilização, ela traz uma referência de grupo. Assim, ela mostra que para os quilombolas, a moradia não se trata somente de uma unidade habitacional privativa, mas, de elementos que contemplem o todo, reafirmando-se, através desta edificação, que o território é a moradia dos quilombolas.

O pasto de uso comum com gado Figura 5-B e os rios e seus pescadores da Figura 5-C vão reforçar este sentido para a moradia quilombola. Os espaços externos, vinculados com os recursos naturais e a natureza, trazem uma continuidade para a moradia, não de uma única família, mas, do grupo.

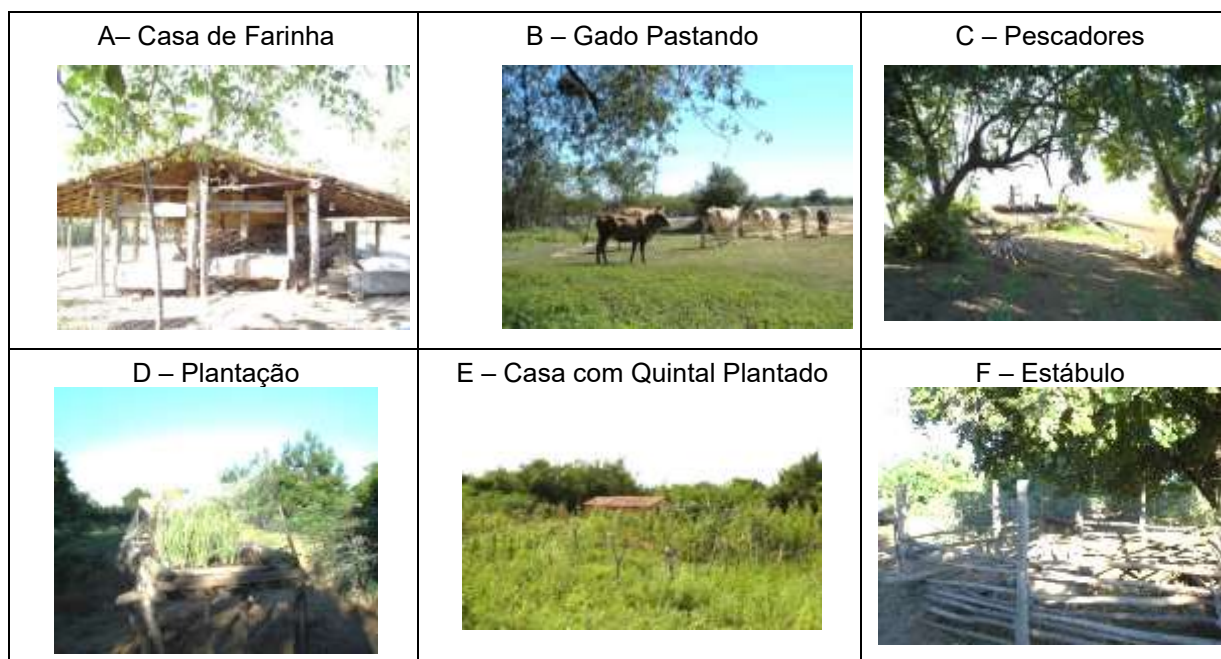


Figura 5 – Fotos e Quintais em Jatobá. Fonte: GeografAR, 2005

Já as imagens 5-D, 5-E e 5-F revelam o uso de espaços próximos a unidades habitacionais particulares e específicos de cada família. Isto mostra a particularidade de cada grupo familiar no contexto da comunidade quilombola, trazendo, ainda o trabalho na agropecuária vinculado às unidades habitacionais. Estes elementos se colocam como fundamentais para cada uma das famílias. Porém, umas terão hortas maiores, outras, grandes galinheiros, algumas, um pouco de cada, sem prevalências, outras vão tratar de cuidar de ovelhas, cabras ou vacas. O que importa é que não há como padronizar o gosto pelas especificidades do trabalho camponês no âmbito de sua conformação



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

espacial, porém, esta relação moradia e trabalho, dada pela formal integração entre o interno e externo é real e, deve, necessariamente, ser considerada em suas diferenças, não nas repetições.

Em Parateca e Pau d'Arco outras relações se fazem importantes de serem comentadas. Como já mencionado, estas comunidades tem um histórico que as remete ao século XVIII, com uma implantação intencionalmente incentivada a composição de núcleos habitacionais<sup>12</sup>, inclusive com a presença da igreja de Santana, materializando tal propósito. Não obstante a isso, as moradias possuem certo padrão de implantação, limitadas pelas áreas que seguem um parâmetro urbano.

Assim, a territorialidade dos moradores destes núcleos, enquanto camponeses, é diferenciada, em nuances e gradações, não só consequentes dos traumas e fragmentações causados pelos conflitos de terra, mas, pela própria essência do formato da implantação.

Um tipo de moradia muito comum em áreas com estas características são as de uso misto entre moradia e comércio (tais como, bares e mercearias). A Figura 6 mostra um exemplo. A parte frontal da casa, que se coloca diretamente em contato com a rua é destinada ao comércio. Este cômodo tem, entretanto, uma ligação com a parte da casa destinada a habitação, mais especificamente, com uma espaçosa cozinha. Isto mostra que a casa, de forma mais ampla, adota o uso misto, acontecendo usos combinados mesmo nas áreas onde os usuários do comércio não adentram. Assim, a casa está em função da cotidianidade da família, mas, também, do trabalho no comércio. A relação intrínseca entre trabalho e família é característica do camponês, assim, esta forma espacial pode se constituir numa mutação adotada de forma estratégica para acomodar a realidade mais limitada à manutenção da família camponesa, reiterando-se o que

---

<sup>12</sup> De acordo Moreira e Germani (2016), no período Colonial, a Igreja em conjunto com o governo se auxiliavam no processo de controle do território, tendo a função de agrupar os andarilhos em povoações para que eles fossem desencorajados de infringir a lei e se adequassem a uma vida digna junto à paróquia. Neste sentido, um fator considerado importante para o estabelecimento e crescimento dos povoados era a implantação de capelas.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Shanin (2005) traz sobre a característica moldável e adaptável do camponês nesta sociedade que tenta, a todo custo, desintegrar seu modo de vida.

Porém, esta estratégia pode se adequar a algumas famílias, porém, diversas outras se utilizarão, concomitantemente, de outros recursos para se manter. Por exemplo, vão existir casos de moradias com área ampla e mais afastada do conjunto, com um curral acoplado no quintal; outras extremamente isoladas, com currais maiores e quintais capazes de comportar várias atividades que envolvam agricultura e criação; também, é possível se encontrar moradias temporárias, neste caso, o quilombola mantém sua casa no núcleo habitacional e, periodicamente se dispõe a ficar em áreas mais afastadas, nestes tipos de moradia (podendo ser de madeira e lona), para exercer plenamente sua atividade rural. Neste último caso, eles se dividem em edificações separadas que juntas compõem, inclusive com as áreas em que trabalham, sua moradia.

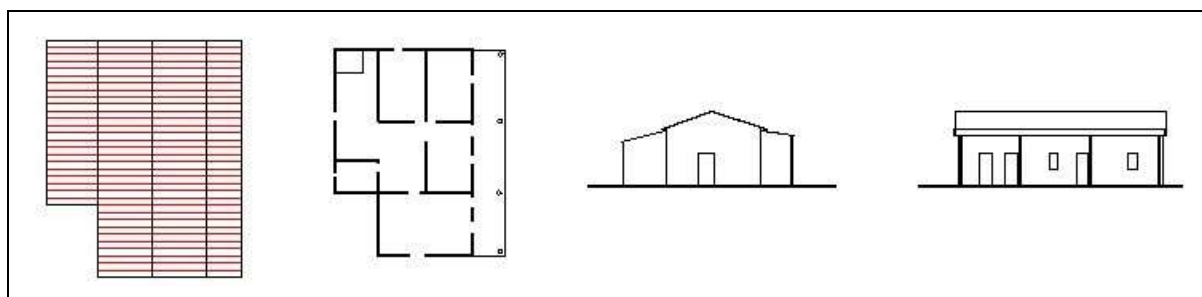


Figura 6 – Plantas e Fachadas de Moradia com Função Mista em Parateca/Pau D'Arco. Fonte: GeografAR. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Heranças das vilas coloniais se fazem presentes, principalmente em Parateca, por isso, é comum a presença de casas de porta e janela, com platibanda, que, são construídas desta forma, até os dias atuais. Neste caso, a casa e a rua tem uma relação de maior proximidade e, valoriza-se a frontalidade das edificações. Contraditoriamente, coexistem ali, também, moradias com outro tipo de lógica: as que se colocam atrás de muros, no caso de madeira, com a intenção de se ter um anteparo no acesso às unidades habitacionais.

Um aspecto importante que aparece tanto em Jatobá quanto em Parateca e Pau d'Arco é uso da taipa de mão nas suas edificações. Esta técnica é bastante disseminada entre



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

as populações camponesas no Brasil, apesar de ser considerada pela sociedade como uma solução inadequada.

No caso dos quilombolas esta interpretação é dada pelo grau de solidez da construção em taipa: uma casa de taipa é facilmente destruída, porque ela é muito frágil; diante do fogo, por exemplo, é destruída por completo. Não se podem julgar os quilombolas por isso, já que em todos os casos aqui tratados, seus opressores destruíram habitações para tentar afugentá-los. Também houve relatos, como em Lagoa do Peixe, de fazendeiros que só permitiam a construção de casas em taipa, justamente pela sua materialidade vulnerável, o que era um impedimento para comprovar o tempo de ocupação, em caso de litígio. Porém, da mesma forma que a taipa se coloca como algo provisório ou frágil, ela simboliza a persistência e a maleabilidade camponesa e faz parte da base de seus saberes construtivos. Isto porque, nos casos onde houve sua destruição, isto não afugentou os quilombolas, ao contrário, eles construíram rapidamente outra habitação em taipa, como forma de resistência. Assim, a taipa é uma técnica utilizada pelos quilombolas para garantir abrigo em momentos de dificuldade e resistência, mas, sendo vista pela sociedade como uma técnica precária, associando-a a veiculação de doenças (principalmente a doença de chagas) e a comunidades carentes, ela tende a ser substituída por casas com outros materiais. Neste sentido, é comum que os quilombolas tenham como aspiração uma habitação construída de alvenaria de bloco. Esta, além de lhes ter sido por muito tempo proibida, oferece mais segurança e solidez, os aproxima dos padrões urbanos de habitabilidade aceitos e veiculados pela sociedade.

Sem desconsiderar a questão da violência e dos conflitos e suas repercussões, já tratados aqui, outro aspecto que deve ser considerado em relação a Jatobá é a distância entre a comunidade e a sede municipal e, principalmente seu difícil acesso.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Este é feito predominantemente por barco, fato que dificulta os deslocamentos de materiais de maior volume e peso, fato que tolhe, para além das proibições por parte do fazendeiro, a construção de casas de bloco.

Em Parateca e Pau d'Arco a realidade é outra. A Figura 7-A mostra um esquema de casa feita em taipa de mão. Ela, primeiramente, revela uma planta quase que no padrão de uma habitação de interesse social fornecida pelo Estado, com dois quartos, sala, cozinha (por questão de higiene o banheiro se localiza fora do corpo da casa). Casas em taipa normalmente são utilizadas por casais jovens que estão começando a vida. Com o tempo eles vão se organizando e acumulando dinheiro para realizar o sonho, e fazer uma casa de alvenaria de bloco. A Figura 7-C mostra este processo: a casa de taipa ao lado de uma casa de alvenaria de bloco sendo construída. A tendência é de se transferir a nova casa, após sua conclusão e, utilizar a de taipa como depósito.

Porém, também é frequente a demolição da casa de taipa após o término da casa de alvenaria. Pela escassez de recursos e dificuldade de acesso, normalmente as casas de alvenaria demoram de ser concluídas. A Figura 7-B mostra um exemplo de planta de unidade habitacional de alvenaria em Parateca. Destaca-se, a semelhança com a planta da casa em taipa, porém, com o aparecimento do banheiro no seu interior.

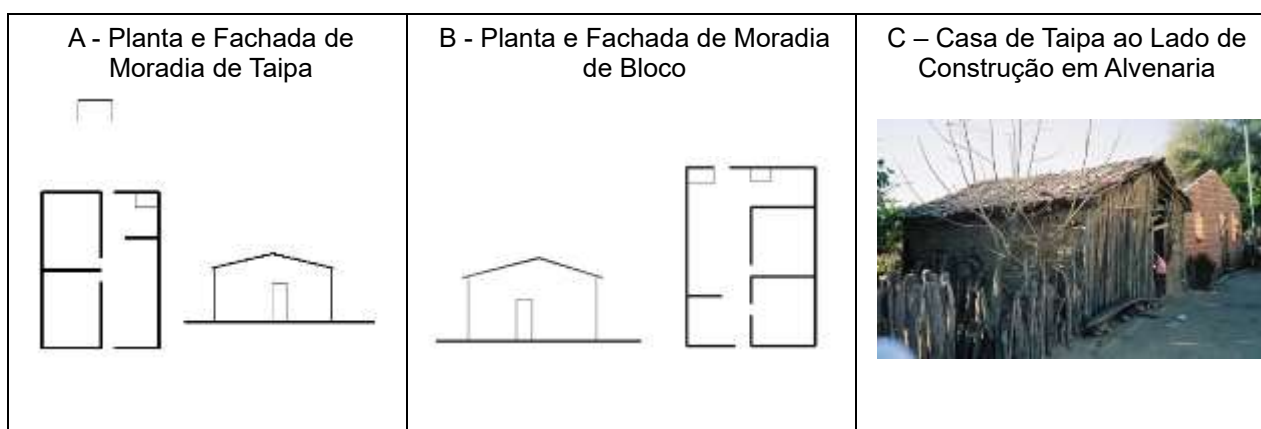


Figura 7 – Moradias em Taipa e Alvenaria de Boco em Parateca/Pau d'Arco. Fonte: GeografAR, 2005. Elaboração: Paula Moreira, 2016.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

De Lagoa do Peixe foi trazido o exemplo de uma única moradia (Figura 8). Ela traz consigo, algo bastante peculiar: sua materialidade viabiliza, ao extremo, a relação do interno com o externo. Feita de pau a pique, a casa teve como concepção a colocação das madeiras roliças de forma bastante espaçada, permitindo uma ventilação constante na edificação e uma total visibilidade em ambos os sentidos.

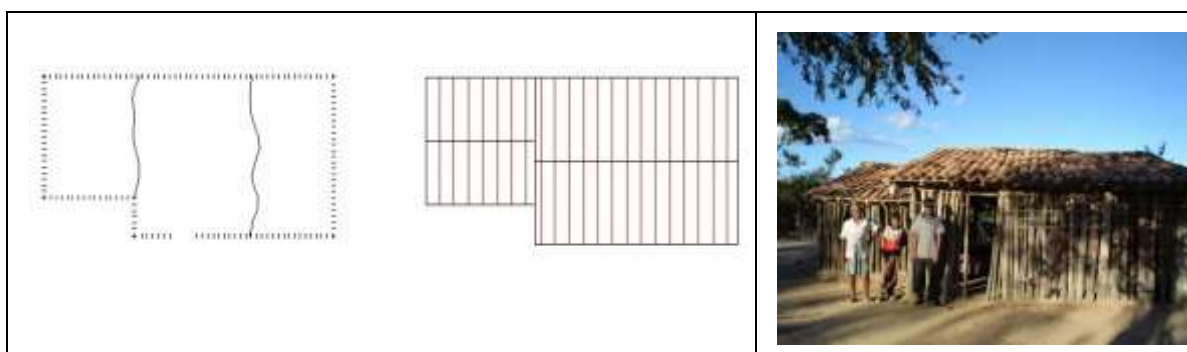


Figura 8 – Modelo de Moradia em Lagoa do Peixe. Fonte: Geografar, 2005. Elaboração: Paula Moreira, 2016.

Pela Figura 8 é possível perceber que ela também traz consigo a característica da fluidez e da leveza: suas paredes internas são de tecido bem leve, não apresentando obstáculo a ventilação.

Outro aspecto marcante é que, inserida na área de sequeiro e num município extremamente quente, a família buscou um local onde pudesse compor sua moradia com o sombreamento concedido pelas árvores. Assim, a pequena construção não se constitui como o total da área da unidade habitacional. Seu entorno também faz parte deste e, isso só é possível pela profunda relação que esta família tem com a natureza, fazendo-a interagir com a mesma de forma sensível, integrada e agradável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os exemplos de moradia aqui trazidos, em diversos enfoques e circunstâncias é possível verificar, na escala na moradia, a versatilidade característica das moradias camponesas nas comunidades quilombolas. A diversidade é o que prevalece, porém, o cenário da limitação da posse, os aproxima e traz algumas das



SALVADOR E SUAS CORES [2020]  
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

repetições encontradas. A integração com a natureza, a indivisibilidade entre interno e o externo no contexto da edificação e do trabalho e, o domínio de técnicas construtivas independentes, trazem, para as moradias quilombolas, uma autonomia não só em relação à construção de suas edificações, mas, também, de sua relação com a moradia em si. Assim, por si só, o morar quilombola é uma forma de resistência camponesa, é uma luta incessante por territorialidades, é uma fonte infinita de referências sobre diversidade.

## 6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GERMANI, G.I.; OLIVEIRA, G.G. de. Reconhecimento de territórios quilombolas: a experiência do Convênio de Cooperação Técnica na Bahia. In. Castanhada Filho et. al. Inkra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências. Brasília: MDA:Inkra, 2006.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, Complexidade, Poder. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, P. A. M. S. Resistência e Territorializações: a Moradia Camponesa, com ênfase nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Estado da Bahia. (Tese de Doutorado) PPGAU-FAUFBA, Salvador, 2017.

MOREIRA, Paula A. M. Santos, GERMANI, Guiomar Inez. A Moradia no Contexto do Conflito por Terra: Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João. Anais do IV SINARUB. Salvador, 2016.

OLIVEIRA, G.G, GERMANI.G.I. Comunidades Negras Rurais Quilombolas da Bahia. Relatórios Técnicos para o Reconhecimento de Territórios Quilombolas. Publicação em CD-ROM. Salvador: EDUFBA, 2008.

SHANIN, Teodor. A Definição de camponês: Conceituações e Desconceituações – o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. Revista Nera. Ano 8. Nº7 – Julho/dezembro. Presidente Prudente, 2005.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.